

Iniquidades raciais em estudos populacionais de alimentação e nutrição

Racial inequalities in food and nutrition studies

Desigualdades raciales en estudios poblacionales sobre alimentación y nutrición

Recebido: 26/08/2022 | Revisado: 09/09/2022 | Aceito: 10/09/2022 | Publicado: 18/09/2022

Luana Teixeira Ghigginio

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7214-2812>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: ghigginoluana@gmail.com

Eloah Costa de Sant'Anna Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9060-5083>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: eloahcsr@gmail.com

Esther Vieira de Paula

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3324-2968>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: estervieirs@gmail.com

Larissa de Lima Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2970-2896>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: larissalima.al@gmail.com

Aline Alves Ferreira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5081-3462>
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: alineaf@nutricao.ufrj.br

Resumo

O uso da categoria de cor/raça em inquéritos populacionais auxilia na compreensão das desigualdades étnico-raciais existentes na sociedade brasileira. Entretanto, em estudos voltados à alimentação e nutrição evidencia-se uma lacuna de informações. O objetivo foi realizar uma revisão bibliográfica da literatura sobre a inserção da categoria cor/raça em estudos baseados nos inquéritos epidemiológicos relacionados à alimentação e nutrição. Realizou-se uma busca manual de inquéritos populacionais que utilizaram a categoria cor/raça e temática de alimentação e nutrição, resultando em 47 publicações. Posteriormente, buscaram-se artigos científicos na base de dados do Banco Virtual de Saúde através de descritores em Ciência da Saúde (DeCs/MeSH). Foram incluídos artigos científicos que abordavam o objetivo da pesquisa, em português, com o texto na íntegra e não foi delimitada a data de publicação, e resultando em 24 artigos elegíveis. A cor/raça foi inserida a partir das categorias branca, preta, parda, indígena, amarela e sem declaração. Ao analisar-se os artigos evidenciou-se o agrupamento de pretos e pardos, ou em brancos e não-brancos. A partir de 2003, evidenciaram-se estudos sobre alimentação e nutrição e a cor/raça. As principais temáticas desenvolvidas foram em relação à insegurança alimentar, uso de fórmula infantil, aleitamento materno, estado nutricional e consumo alimentar. Evidenciaram-se limitações para a discussão da temática, e ainda, a análise das condições de alimentação e nutrição de grupos socialmente raciais vulneráveis só é possível por meio das investigações populacionais que incluem a categoria cor/raça.

Palavras-chave: Brasil; Inquéritos epidemiológicos; Fatores raciais; Ciências da nutrição; Iniquidades em saúde.

Abstract

The use of the category “race” in population surveys helps in the understanding of existing ethnic-racial inequalities in Brazilian society. However, in studies focused on food and nutrition, there is an information gap. To evaluate the insertion of the category “race” in studies based on epidemiological surveys related to food and nutrition. A manual search of population surveys that used the category race and food theme and nutrition was carried out, resulting in 47 publications. Subsequently, the Banco Virtual de Saúde database was consulted using Medical Subject Headings (DeCs/MeSH). After elimination of duplicity and application of eligibility criteria (research objective, text in portuguese and full text), without delimiting the date of publication, 24 studies remained. The race was inserted from the categories white, black, brown, indigenous, yellow, and undeclared. Was evident the grouping of blacks and browns, or whites and non-whites. Since 2003, studies related to food, nutrition and race were evidenced. The main themes developed were related to food insecurity, use of infant formula, breastfeeding, nutritional status and food consumption. There are limitations to the discussion of the theme. The analysis of the nutrition of socially racially vulnerable groups is just possible through population surveys that include the category “race”.

Keywords: Brazil; Health surveys; Race factors; Nutritional sciences; Health inequities.

Resumen

El uso de la categoría de color en las encuestas de población ayuda a comprender las desigualdades étnico-raciales en la sociedad brasileña. En los estudios sobre alimentación y nutrición hay una falta de información. Se ha realizado una revisión bibliográfica de la literatura sobre la inserción de la categoría de color en estudios basados en encuestas epidemiológicas relacionadas con la alimentación y la nutrición. Se realizó una búsqueda manual de encuestas de población que utilizaban la categoría color y el tema de la alimentación y la nutrición, lo que dio como resultado 47 publicaciones. Posteriormente, se buscaron artículos científicos en la base de datos Banco Virtual de Saúde, usando los descriptores DeCs/MeSH. Se incluyeron los artículos científicos que abordaban el objetivo de la investigación, en portugués, con el texto completo y no se delimitó la fecha de publicación, resultando 24 artículos. El color se insertó a partir de las categorías blanco, negro, marrón, indígena, amarillo y no declarado. Era evidente la agrupación de negros y marrones, o de blancos y no blancos. A partir de 2003, se evidenciaron estudios sobre alimentación y nutrición y color. Los principales temas desarrollados estaban relacionados con la inseguridad alimentaria, el uso de fórmulas infantiles, la lactancia materna, el estado nutricional y el consumo de alimentos. Se evidenciaron limitaciones para la discusión del tema. El análisis de las condiciones alimentarias y nutricionales de los grupos socialmente vulnerables por motivos raciales sólo es posible mediante investigaciones poblacionales que incluyan la categoría color.

Palabras clave: Brasil; Factores raciales; Encuestas epidemiológicas; Ciencias de la nutrición; Inequidades en salud.

1. Introdução

O Brasil é composto historicamente por diversidades culturais, regionais, sociais e étnico-raciais (Oliveira, 2020). A cor/raça do indivíduo, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode ser considerada como branca, preto, parda, indígena, amarela e sem declaração (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

Neste contexto, alguns inquéritos populacionais apontam para uma maior proporção de pretos e pardos no país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Entretanto, esse grupo representa uma parcela da sociedade na qual possuem a maior parte de seus direitos sociais e humanos isentos ou violados, visto que ainda sofrem diariamente com as desigualdades historicamente construídas (Santos, 2011). Assim, a cor/raça pode ser considerada um marcador de posição social, sendo intimamente relacionada a fatores socioeconômicos que determinam e influenciam padrões de vida e acesso à serviços de educação e saúde (Carrapato, 2017).

A raça é uma importante dimensão de estratificação de uma sociedade, já que são construídos com profundas implicações sobre as condições de vida de um determinado grupo populacional (Chor, 2013). No Brasil, a classificação com base na cor possui relação muito próxima com o conceito de raça, sendo que, para alguns autores, esta é utilizada como um substituto popular para a mesma (Araújo, 2009). Deste modo, o uso da categoria de cor/raça em pesquisas de base populacional e censos nacionais é essencial para a compreensão do modo como as relações raciais produzem desigualdades na sociedade brasileira (Chor, 2013; Araújo, 2009; Kabad, 2012).

Os estudos acerca dos efeitos e consequências de desigualdades raciais em saúde tendem, majoritariamente, a privilegiar a análise do componente socioeconômico como um dos elementos centrais de seus modelos explicativos. Os estudos publicados mais recentemente têm demonstrado claramente que a população da cor/raça preta, quando comparadas à branca, apresenta níveis mais baixos de estudo, renda e pior acesso a serviços de saúde, acarretando em piores indicadores de saúde (Chor, 2013; Cobo, 2021; Matos, 2018). No entanto, a variável cor/raça associada a desfechos de saúde, alimentação e nutrição permanecem escassos na literatura, especialmente no âmbito da epidemiologia. Os poucos estudos na literatura reforçam os indicadores mais desfavoráveis para a população preta/parda e indígena em relação à população branca. O risco de uma criança preta ou parda morrer por desnutrição é 90% maior quando comparadas às brancas (Canuto, 2019; Alves, 2020; Dutra, 2021). O consumo de alimentos mais saudáveis, muito associado à renda, também é encontrado na cor/raça branca (Medina, 2019; Romeiro, 2020), do mesmo modo que a cor/raça preta tem sido considerada um fator de risco a obesidade (Oraka, 2020; Ferreira, 2019), além de terem as piores prevalências de insegurança alimentar no país (Pereira, 2022). Em nenhum artigo, foi considerado o desfecho principal, junto a qualquer outro relacionado à alimentação e nutrição. Ainda, os autodeclarados pretos e pardos obtiveram os piores desfechos nos artigos que analisaram o comportamento saudável, risco de

obesidade e insegurança alimentar.

Os inquéritos populacionais são de extrema importância para o estudo e monitoramento das desigualdades sociais em saúde, nutrição e alimentação (Waldman, 2008). Há um consenso sobre as categorias de cor/raça utilizadas nos inquéritos nacionais, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), padronizadas entre branca, preta, parda, amarela e indígena. Contudo, ainda há divergências no uso dessa categoria e muitos inquéritos não coletam ou não utilizam a categoria de cor/raça na divulgação dos seus dados (Chor, 2013). Tampouco, estudos publicados a partir de dados secundários extraídos de inquéritos populacionais do Brasil, que abordaram alimentação e nutrição, exploram a categoria cor/raça como determinante social (Chor, 2015).

Neste contexto, o objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão bibliográfica da literatura sobre a inserção da categoria cor/raça em estudos baseados nos inquéritos populacionais relacionados à alimentação e nutrição.

2. Metodologia

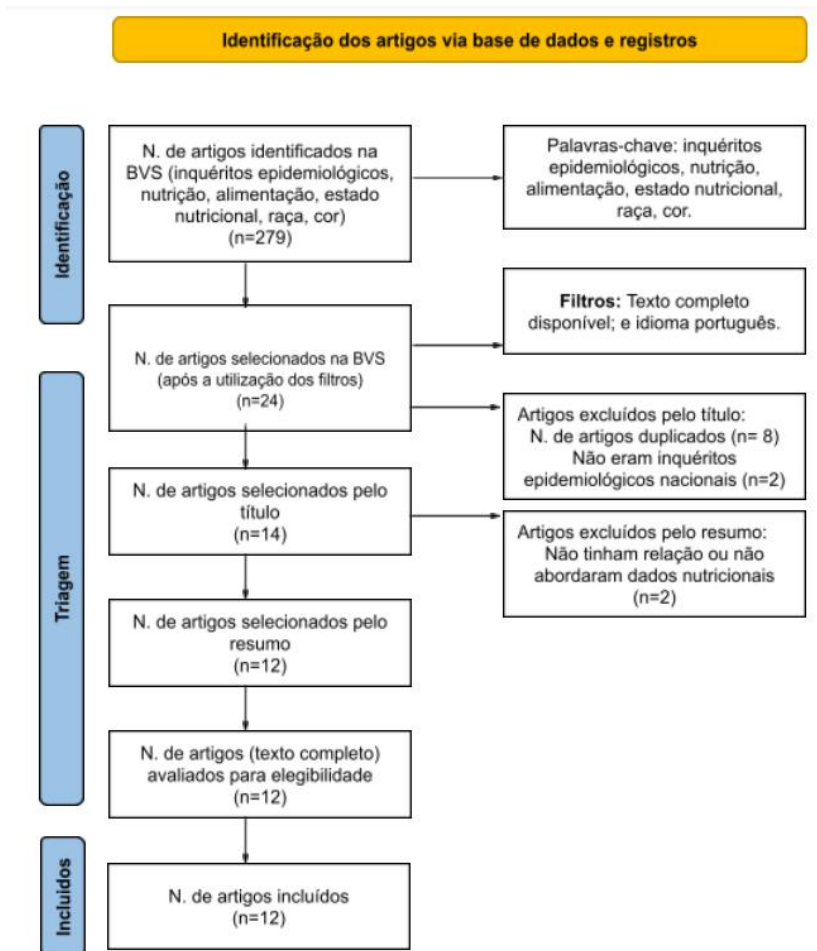
O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa da literatura, tipo análise reflexiva e crítica (Ludke & André, 2013; Mendes et al., 2019). O propósito deste método de pesquisa foi empregado visando o entendimento da relação entre cor/raça e inquéritos populacionais a partir de publicações anteriores.

A partir de uma abordagem qualitativa, realizaram-se dois blocos de seleção dos estudos. No primeiro bloco, a busca e localização de dados foi sequenciada manualmente, entre os meses de Março e Abril de 2021. Nesta etapa foram rastreados todos os inquéritos epidemiológicos nacionais nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério da Saúde, e foram selecionados aqueles que utilizaram a categoria cor/raça associados a temas de alimentação e nutrição. Os tópicos utilizados para busca manual foram “*cor/raça e pesquisas nacionais*”, “*cor/raça e inquéritos populacionais*”, “*cor/raça e alimentação e nutrição*”. Os inquéritos foram avaliados segundo o ano da coleta de dados, o objetivo da pesquisa, a análise da categoria cor/raça na população, bem como, a utilização das classificações e como ocorreram as investigações acerca da nutrição e/ou alimentação, na população alvo.

No segundo bloco, tendo em vista o objetivo deste estudo, realizou-se de forma complementar a busca descritiva de artigos no Banco Virtual de Saúde (BVS) através das bases científicas: *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), entre os meses de Maio a Agosto de 2021. Os termos utilizados foram obtidos por meio do dicionário Descritores em Ciências da Saúde (DeCs/Mesh): *inquéritos epidemiológicos*, *nutrição*, *alimentação*, *estado nutricional*, *raça*, *cor*. A busca booleana seguiu a formulação: (“*inquéritos epidemiológicos*”) AND (*nutrição* OR *alimentação* OR “*estado nutricional*”) AND (*raça* OR *cor*). Para os critérios de elegibilidade foram selecionados artigos completos, na língua portuguesa, e que continham dados das pesquisas com amostragem com representatividade nacional.

A qualidade metodológica na busca dos artigos foi avaliada segundo as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA) (PAGE, 2021). Neste contexto, foram realizadas etapas para a seleção dos artigos: análise pelo título, resumo e texto na íntegra. Na etapa 1, dois revisores avaliaram o título e o resumo de todos os resultados obtidos por meio da busca. Na etapa 2, os artigos foram analisados pelo resumo. Na etapa 3, foram verificados na íntegra. Foram excluídos os estudos duplicados, estudos regionais, revisões de literatura, estudos que não envolviam dados nutricionais, publicados em eventos científicos e os que não possuíam relação ao objeto principal (Figura 1).

Figura 1. Identificação dos estudos incluídos na pesquisa sobre inquéritos epidemiológicos, cor/raça e nutrição e/ou alimentação.



Fonte: Autores (2021).

Os artigos foram registrados com as seguintes informações: autor, ano de publicação, inquérito nacional, objetivos, classificação da cor/raça, população de estudo e principais resultados.

O estudo dispensou submissão em comitê de ética (resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde).

3. Resultados e Discussão

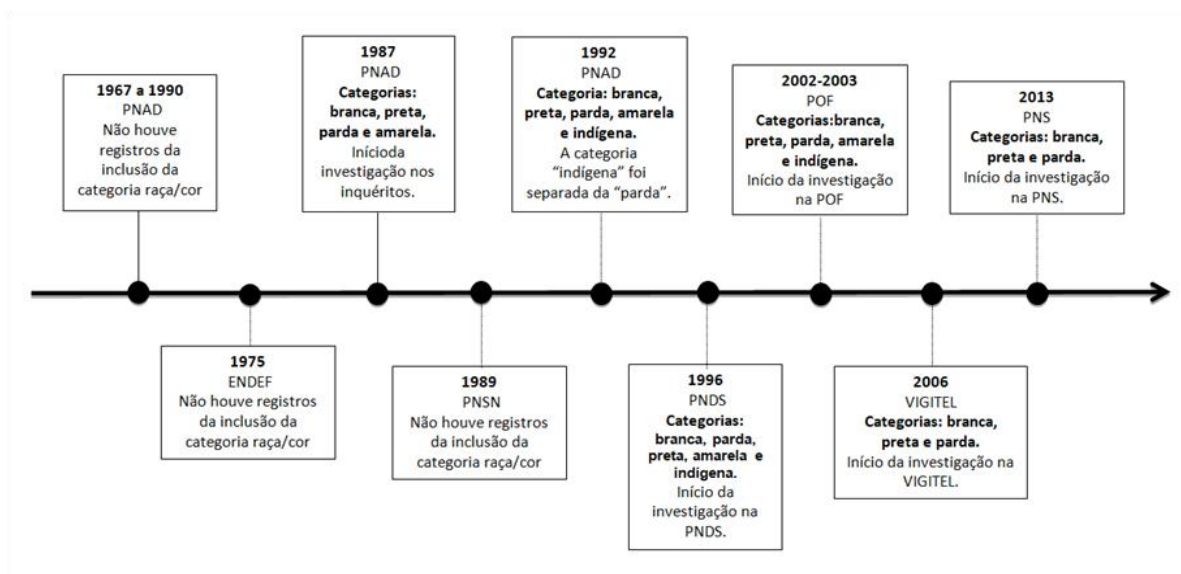
No Brasil, o primeiro inquérito nacional foi realizado em 1967, com a finalidade de produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país. Neste contexto, uma análise populacional auxilia na validação e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida da população. E aquelas voltadas à alimentação e nutrição contribuem para avaliação e monitoramento das condições de saúde, analisando os hábitos alimentares, estado nutricional e segurança alimentar da população, a fim de implementar programas e políticas públicas de educação alimentar, auxiliando, inclusive, na prevenção de determinadas doenças. Entretanto, no presente estudo evidenciou-se uma lacuna em relação à inserção da categoria cor/raça, principalmente associando-as em análises de alimentação e nutrição.

Em relação à busca manual, inicialmente foram localizados 70 documentos, compondo variadas edições dos Inquéritos e pesquisas nacionais analisadas (Estudo Nacional da Despesa Familiar, Pesquisa de Orçamentos Familiares,

Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional de Saúde, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico).

No entanto, dentre estes, apenas 67,14% (n=47) incluíram em seus questionários a categoria cor/raça. Foram apresentados de forma cronológica, na Figura 2, os principais inquéritos populacionais do país e o momento em que a categoria cor/raça foi incluída em suas respectivas coletas de dados, na PNAD de 1987. Observam-se também as modificações a respeito da nomenclatura utilizada para a categoria cor/raça.

Figura 2. Linha cronológica do tempo sobre a inclusão da categoria cor/raça, nos principais inquéritos epidemiológicos nacionais.

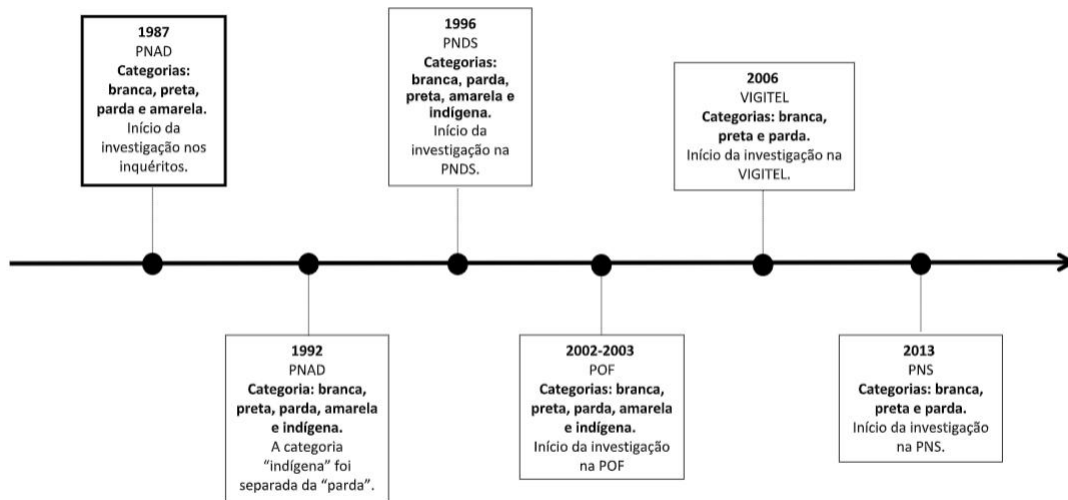


Fonte: Autores (2021).

Diante dos resultados, pôde-se observar que o início da investigação da cor/raça ocorreu na PNAD 1987, classificada como “branca, preta, parda e amarela”. Apenas na PNAD de 1992 que o segmento “indígena” pôde ser investigado e foi desassociado da categoria “parda”. A partir disso, outras pesquisas de abrangência nacional como PNDS, POF, VIGITEL e PNS incluíram o item cor/raça em seus questionários, no entanto, apresentaram variações na escolha das categorias utilizadas (Figura 2).

Acerca da relação entre a categoria cor/raça e a nutrição foram expostos os principais marcos históricos abordados nos inquéritos na Figura 3. A avaliação da cor/raça associada à nutrição teve início através da POF 2002-2003, que relacionou o estado nutricional segundo esta classificação. A partir disso, este e outros temas começaram a ser explorados e associados à cor/raça, como a insegurança alimentar (PNAD 2004, 2009 e 2013; POF 2017-2018), uso de fórmula infantil e aleitamento materno (PNDS 2006), assim como o estado nutricional aliado ao consumo alimentar (VIGITEL 2018).

Figura 3. Linha cronológica do tempo que indica os marcos históricos referentes à nutrição e alimentação associados ao uso da categoria raça/ cor nos inquéritos epidemiológicos.



Fonte: Autores (2021).

Na maioria dos estudos e inquéritos analisados, as características raciais são consideradas uma categoria dentre as variáveis sociodemográficas (uma covariável, dentre tantas nas análises estatísticas). Em nenhum artigo, foi considerado o desfecho principal, junto a qualquer outro relacionado à alimentação e nutrição.

Dos estudos selecionados, 07 utilizaram a PNS, 03 a PeNSE, 01 a VIGITEL e 01 a PNAD (Quadro 1). Foram encontradas diferentes populações de estudo nos artigos, dando ênfase na população adulta, adolescentes e crianças menores de 2 anos. Foram analisadas, principalmente, as variáveis sexo, faixa etária, escolaridade, escolaridade materna ou do chefe de família, macrorregião do país, local de moradia (rural e urbano), consumo de alimentos, renda e/ou posse de bens, plano de saúde. Observou-se que as populações pretas, pardas e indígenas permanecem com os piores indicadores de saúde, escolaridade e renda em comparação às demais classificações. Ainda, os autodeclarados pretos e pardos obtiveram os piores desfechos nos artigos que analisaram o comportamento saudável, risco de obesidade e insegurança alimentar. Entretanto, obtiveram melhores desfechos nos estudos que analisaram consumo de leite materno e consumo de feijão.

Quadro 1. Principais características dos estudos selecionados sobre inquéritos populacionais com foco em classificação de cor/raça e alimentação.

Fonte	Inquérito epidemiológico	População de estudo/localidade	Objetivo do estudo	Principais resultados
BARRETO <i>et al.</i> (2009)	VIGITEL 2006	Jovens entre 18 e 29 anos (n=14.193).	Estimar a prevalência de características associadas a comportamentos saudáveis em jovens.	A frequência de comportamento saudável foi menor entre participantes que relataram cor de pele parda ou preta.
ARAÚJO <i>et al.</i> (2010)	PeNSE 2009	Adolescentes (n=60.973) de escolas públicas e privadas das capitais brasileiras.	Descrever o estado nutricional e sua associação com variáveis sociodemográficas.	Prevalência de excesso de peso em adolescentes de cor branca. Taxas de obesidade similares entre os de cor branca e preta e inferiores entre os adolescentes de outras raças.

CAMELO <i>et al.</i> (2012)	PeNSE 2009	Adolescentes (n=59.809) de escolas públicas e privadas das capitais brasileiras.	Investigar se o lazer sedentário está associado a um maior consumo regular de alimentos não saudáveis livre de indicadores sociodemográficos e de contexto familiar.	A prevalência de lazer sedentário, foi de 65%, sendo maior entre os escolares com cor da pele parda (67,1%), o consumo regular de alimentos não saudáveis foi maior entre alunos desse grupo.
FACCHINI <i>et al.</i> (2014)	PNAD 2004	Domicílios nas regiões Nordeste (n=5.419) e Sul (n=5.081) nos quais residissem crianças menores de 7 anos e suas famílias.	Analisar a insegurança alimentar em domicílios urbanos com crianças menores de 7 anos de idade.	A maior probabilidade de insegurança alimentar moderada e grave foi em domicílios chefiados por mulheres, com cor da pele materna preta e parda/mestiça, em ambas regiões.
JAIMÉ <i>et al.</i> (2014)	PNS 2013	Domicílios que participaram da PNS 2013 (n=64.348).	Descrever prevalências de marcadores de consumo alimentar saudável e sua distribuição segundo variáveis sociodemográficas na população adulta brasileira.	O consumo regular de feijão foi maior nas raças/cor (77,2%) e parda (75,5%). Enquanto o consumo de frutas e hortaliças, foi maior na cor/raça branca (39,7%).
FLORES <i>et al.</i> (2017)	PNS 2013	Crianças menores de 24 meses (n=5.044), moradoras de domicílios localizados em zona urbana ou rural, das regiões do Brasil.	Avaliar a prevalência do consumo de leite materno e os fatores associados em crianças brasileiras com menos de dois anos de idade.	Maior prevalência de amamentação materna entre crianças de 6 a 11 meses, da região Norte, com cor da pele preta e situadas no menor quinto de posse de bens.
COSTA <i>et al.</i> (2018)	PeNSE 2015	Escolares (n=102.072) do 9º ano do Ensino Fundamental, de escolas públicas e privadas das zonas urbanas e rurais do Brasil.	Investigar a associação entre comportamento sedentário e consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) em adolescentes brasileiros.	Maior consumo de alimentos ultraprocessados entre adolescentes pretos (41,2%) e amarelos/índigenas (40,0%).
FERREIRA <i>et al.</i> (2019)	PNS 2013	Indivíduos adultos, igual ou maiores de 18 anos (n=59.402), exceto grávidas.	Estudar a prevalência e identificar fatores associados à obesidade na população adulta brasileira.	Ter idade avançada, nível de instrução baixo, cor/raça preta e viver com companheiro foram fatores de risco à obesidade.
MEDINA <i>et al.</i> (2019)	PNS 2013	Adultos, igual ou maiores de 18 anos (n=60.202).	Medir a magnitude das desigualdades sociais no perfil da qualidade alimentar da população brasileira.	A maior prevalência de consumo de alimentos saudáveis foi entre brancos em melhor nível socioeconômico.
MILL <i>et al.</i> (2019)	PNS 2013	Indivíduos adultos (n=8.083).	Estimar o consumo de sal na população brasileira pela excreção urinária de sódio.	Não foram observadas diferenças importantes em relação à cor da pele e a escolaridade.
PEREIRA <i>et al.</i> (2020)	PNS 2013	Crianças menores de 24 meses (n=5.022), moradoras de domicílios localizados em zona urbana ou rural, das regiões do Brasil.	Identificar os padrões de consumo alimentar e os fatores associados em crianças menores de dois anos no Brasil.	Crianças com menos de 6 meses e de 12 a 23 meses, com a cor da pele preta tiveram maior probabilidade de consumo de alimentos não saudáveis.
PEREIRA <i>et al.</i> (2020)	PNS 2013	Idosos, maiores ou igual a 60 anos (n=11.177).	Identificar padrões alimentares de idosos brasileiros e seus fatores associados.	Maior padrão alimentar saudável entre idosos do sexo feminino, cor/raça branca, com graduação/pós-graduação, das regiões Sudeste e Sul.

Fonte: Autores (2021).

Apesar da classificação referencial do IBGE categorize a cor/raça em branca, preta, amarela, parda e indígena, a maioria dos artigos selecionados utilizou a categoria classificatória: branca, preta e parda. A justificativa utilizada estava relacionada ao tamanho amostral da população autodeclarada amarela e indígena (Quadro 2).

Quadro 2. Artigos selecionados e a classificação da cor/raça utilizada.

Artigos selecionados	Classificação da cor/raça
Pereira et al. (2020)	Branca e não-branca.
Barreto et al. (2009); Jamie et al. (2014); Flores et al. (2017); Ferreira et al. (2019); Medina et al. (2019); Pereira et al. (2020)	Branca, preta e parda.
Camelo et al. (2012); Mill et al. (2019)	Branca, preta, parda e outra.
Costa et al. (2018)	Branca, preta, parda e amarela associado ao indígena.
Araújo et al. (2010); Facchini et al. (2014)	Branca, preta, parda, amarela e indígena.

Fonte: Autores (2021).

Os resultados evidenciaram o pouco uso da categoria cor/raça enquanto constructo de indicador de desigualdades em saúde. O uso desta categoria em inquéritos populacionais também é relativamente recente e heterogêneo no que tange a sua classificação. Apesar disso, os artigos científicos e inquéritos evidenciam as desigualdades raciais de forma expressiva. Tratam-se de injustiças sociais vivenciadas ao longo dos anos, por grupos populacionais minoritários, como pretos, pardos e indígenas, são profundas e de cunho histórico (Pólvora, 2004).

Há uma série de estudos que não puderam ser incluídos pela ausência de descritores relacionados à cor/raça, que utilizaram esta categoria como covariável, e também demonstraram a existência de inúmeros indicadores de saúde desfavoráveis para pretos e pardos, em comparação aos brancos (Morse, 2011; Andrews, 2018). Dentre estes, pode-se destacar a elevada mortalidade materna e infantil, sobretudo na população indígena (Caldas, 2017; Santos, 2017), e a maior prevalência de doenças infecciosas e crônicas, além da menor expectativa de vida (Souto, 2016). São desigualdades consideradas evitáveis e podem ser chamadas iniquidades raciais (Barata, 2009).

Outros inquéritos não relacionados à área de alimentação e nutrição, corriqueiramente têm sinalizado indicadores que reforçam a desigualdade racial do Brasil. Em 2019, o IBGE indicou que ao menos 32,9% da população preta e parda vivia abaixo das linhas da pobreza no Brasil, este valor representa quase o dobro de pessoas brancas nesta mesma condição (15,4%). Ademais, também revelou que 68,6% dos brancos ocupavam cargos gerenciais, enquanto a população preta e parda possuía maior representatividade na força de trabalho (54,9%), na expressiva quantidade de pessoas sem ocupação (64,2%) ou em trabalhos informais (47,3%) (IBGE, 2019).

Mesmo ao considerar a diferenciação por sexo, pôde-se perceber que a população branca ainda possuía um rendimento mensal 73,9% superior em relação aos pretos e pardos. No entanto, houve maior vantagem financeira para homens brancos, em relação aos demais grupos, e maior distância financeira entre homens brancos e mulheres pretas e pardas, que alcançavam apenas metade dos rendimentos obtidos por eles. Deste modo, fica evidente que a renda é um indicador em potencial no acesso a bens e serviços, ademais, possibilita a identificação das desigualdades raciais entre as famílias (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019).

A cor/raça pode influenciar os níveis de renda per capita média, o nível de escolaridade, o acesso aos serviços de saúde e as diferentes dimensões da insegurança alimentar. Estas e outras diferenças socioeconômicas se acumulam ao longo da vida e se tornam sucessivas entre as gerações (Chor, 2005; Silva & Prates, 2015).

Para Silva e Prates (2015) é preciso levar em consideração duas perspectivas analíticas e complementares ao se investigar as desigualdades raciais: a primeira diz respeito à redução das desigualdades em função dos avanços na educação e diminuição das desigualdades de renda, a partir dos anos 1990, no Brasil. A segunda refere-se à diminuição das diferenças entre os grupos raciais que contribuíram para as desigualdades gerais do país (Silva & Prates, 2015).

A cor/raça é um fator fundamental na compreensão dos determinantes sociais em saúde e no debate dos processos de

saúde e doença (Garbois, 2017). Porém, a ausência de artigos na busca realizada para essa revisão, vai ao encontro de uma escassa literatura acerca das disparidades raciais no âmbito da alimentação e nutrição. Poucos estudos abordam e/ou têm como desfecho a cor/raça na área. Além disso, outra explicação que pode justificar a dificuldade de rastreamento destes estudos é a falta de descritores específicos, que abarcam a temática, pois poderiam auxiliar na precisão da busca.

O uso do quesito cor/raça em estudos apresenta outras dificuldades. Muitos autores não têm familiaridade com o tema, pois raramente é discutido em suas formações, tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação. Mesmo na área da chamada “nutrição social”, raramente as discussões sobre determinantes sociais da alimentação e nutrição são aprofundadas. Há uma vasta literatura voltada para discussões acerca do nutricionismo e, no máximo, de fatores socioeconômicos considerados mais consolidados e quantitativos. Neste contexto, a categoria cor/raça quando entra em estudos, acaba sendo mais uma variável analítica de um desfecho em maiores aprofundamentos na discussão ou sem debater a verdadeira relação desta variável com os desfechos.

Cabe destacar também que, no Brasil, os estudos acerca dos efeitos e consequências de desigualdades sociais em saúde tendem, majoritariamente, a privilegiar a análise do componente socioeconômico como um dos elementos centrais de seus modelos explicativos. Entretanto, a situação de iniquidade, tão importante para a compreensão da saúde, alimentação e nutrição de uma sociedade, contém dimensões morais e éticas. Apesar dos avanços, não há uma produção sistemática sobre a dimensão étnico-racial na expressão diferenciada dos agravos à saúde (Kabad, 2012; Barata, 2009).

O reflexo desta complexidade pode ser observado no uso da categoria cor/raça, através dos principais inquéritos populacionais do país. Visto que, no Brasil, nas primeiras edições a nível nacional, como a PNAD em 1967, o ENDEF em 1975 e a PNSN 1989, não foram localizados registros de investigação do quesito. Até os anos 1990 pouco se explorou a relação da categoria cor/raça com a saúde. Apesar de estudos demográficos apontarem para acentuadas desigualdades raciais desde os anos 1970, especialmente, no que tange à probabilidade de sobrevivência no primeiro ano de vida e expectativa de vida ao nascer (Chor, 2005).

Somente no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, percebe-se um esforço analítico para identificar o atributo cor/raça na posição desigual de negros na sociedade (Chor, 2005). Devido a isso, que somente em 1987 um dos inquéritos populacionais (PNAD) que avaliava questões relacionadas à alimentação e nutrição passou a incluir as categorias “branca, preta, parda e amarela”. No entanto, não foram localizados resultados nos relatórios oficiais provenientes desta coleta de dados. Este fato também ocorreu na Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição em 1989.

A categoria “indígena” foi criada e desassociada da “parda”, a partir da PNAD de 1992. Deste modo, dados sobre cor/raça associados à população residente, a situação do domicílio e ao sexo, foram avaliados de modo estratificado. O formato de classificação de cor/raça atualmente utilizado pelo IBGE (branca, preta, parda, amarela e indígena), teve seu início na PNDS de 1996 e foi reproduzido por pesquisas seguintes, como a POF 2002-2003, que pôde aprofundar a temática da nutrição sob plano de fundo político favorável, que se investia no combate às desigualdades sociais e à diminuição da pobreza (Brito, 2021).

Os conflitos acerca da escolha das categorias de cor/raça utilizadas nos inquéritos e em estudos locais permanecem até os dias atuais. Como a maioria dos estudos populacionais não incluem indígenas ou outras minorias étnicas que vivem em aldeias, grupamentos específicos ou em locais de difícil acesso no país, não há representatividade destes segmentos nos estudos. Logo, apesar de serem estudos “nacionais”, não incluem a totalidade da diversidade sociocultural e étnica do país. Justificada então pela falta de representatividade numérica de categorias menores, como “amarelos” e “indígenas”, pesquisas como VIGITEL e PNS optaram por não incluir estas denominações em suas coletas, utilizando apenas “branca, preta e parda”.

Mais recentemente, alguns inquéritos populacionais tiveram avanços nestas discussões étnicas e raciais. Um exemplo a ser destacado é o relatório oficial da VIGITEL em 2018, que publicou pela primeira vez na história de suas edições, um

volume específico para população negra. A pesquisa investigou de forma auto referida, o estado nutricional e o consumo alimentar por cor/raça. O debate racial na alimentação e nutrição ganhou destaque também nos últimos dados relacionados à fome do país, publicados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto de pandemia da COVID-19 no Brasil (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2022). O estudo destacou que a fome tem cor, pois a segurança alimentar estava presente apenas em 35% dos domicílios chefiados por pessoas da cor/raça negra, enquanto os domicílios cujo a pessoa de referência era branca, a segurança alimentar era de 53,2%. Os resultados evidenciaram também um aumento de 70% da fome na população negra em menos de dois anos.

O estudo traz uma revisão integrativa que seguiu critérios pré-definidos de busca e bases de dados específicas, o que pode ter limitado alguns debates e achados no presente estudo. Contudo os descritores relacionados à cor/raça, como “racismo” raramente são utilizados em artigos científicos, mesmo aqueles que debatem a cor/raça como determinantes relacionados à saúde e à nutrição se apresentam de formas diferentes.

4. Conclusão

A presença da variável cor/raça e o debate de desigualdades iniquidades étnico-raciais em alimentação e nutrição no âmbito de estudos populacionais e artigos científicos ainda é escassa. Além disso, observou-se que o início do uso dessa categoria se deu de forma tardia nos inquéritos populacionais, corroborando para um apagamento do debate de desigualdades raciais no campo da alimentação e nutrição. Por outro lado, mesmo com a inclusão da categoria nos questionários dos estudos, em alguns casos, os resultados obtidos não foram utilizados e debatidos para gerar informações e subsidiar políticas públicas.

A compreensão e conceitos confusos das classificações raciais, bem como, a falta de consenso entre os trabalhos sobre a metodologia e utilização das categorias existentes também foi uma recorrente nos achados do presente estudo. A análise das condições de saúde, alimentação e nutrição de grupos socialmente raciais vulneráveis, como negros e indígenas, só é possível por meio das investigações populacionais que incluem a categoria cor/raça e posterior debate com a sociedade civil. Enquanto isso, estudos na área corroboram para a manutenção das desigualdades raciais nesse campo, invisibilizando determinados grupos populacionais que, especialmente no atual contexto político, vêm sofrendo inúmeros ataques e injustiças sociais.

Mesmo com toda relevância do tema, é notável a escassez de trabalhos científicos associando a variável cor/raça às temáticas da nutrição. O prezado artigo priorizou publicações no idioma português e com texto completo. Sugere-se para trabalhos futuros a incorporação de artigos em outros idiomas e o acréscimo de mais descritores à busca booleana, tais como “segurança alimentar”, “fome”, “consumo alimentar”, permitindo um maior debate e análise do perfil de saúde dos segmentos relacionados às desigualdades raciais.

Referências

- Alves, P. H. M., Leite-Salgueiro, C. D. B., Alexandre, A. C. S., & Oliveira, G. F. (2020). Reflexões sobre o cuidado integral no contexto étnico-racial: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25, 2227-2236. 10.1590/1413-81232020256.23842018.
- Andrews, G. R., & De La Fuente, A. (2018). *Estudos afro-latino-americanos: Uma Introdução*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Araújo, E. M, Costa, M. C. N., Hogan, V. K., Araújo, T. M., Dias, A. B., & Oliveira, L. O. A. (2009). A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 13, p. 383-394. 10.1590/S1414-32832009000400012.
- Barata, R. B. (2009). *Como e Por Que As Desigualdades Sociais Fazem Mal à Saúde*. Rio de Janeiro, Brasil: FIOCRUZ.
- Brito, F. R. dos S. de S., & Baptista, T. W. de F. (2021). Sentidos e usos da fome no debate político brasileiro: recorrência e atualidade. *Cadernos de Saúde Pública*, 37(10). 10.1590/0102-311x00308220
- Caldas, A. D. R., Santos, R. V., Borges, G. M., Valente, J. G., Portela, M. C., & Marinho, G. L. (2017). Mortalidade infantil segundo cor ou raça com base no Censo Demográfico de 2010 e nos sistemas nacionais de informação em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(7). 10.1590/0102-311x00046516
- Canuto, R., Fanton, M., & Lira, P. (2019). Iniquidades sociais no consumo alimentar no Brasil: uma revisão crítica dos inquéritos nacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24, p. 3193-3212. 10.1590/1413-81232018249.26202017

- Carrapato, P., Correia, P., & Garcia B. (2017). Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde. *Saúde e Sociedade*, 26, p. 676-689. 10.1590/S0104-12902017170304
- Chor, D., & Lima, C. R. de A. (2005). Aspectos epidemiológicos das desigualdades raciais em saúde no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(5), 1586-1594. 10.1590/s0102-311x2005000500033
- Chor, D. (2013) Desigualdades em saúde no Brasil: é preciso ter raça. *Cadernos de Saúde pública*, 29, 1272-1275. 10.1590/S0102-311X2013000700002
- Chor, D., Andreozzi, V., Fonseca, M. J., Cardoso, L. O., James, S. A., Lopes, C. S., & Faerstein, E. (2015). Social inequalities in BMI trajectories: 8-year follow-up of the Pró-Saúde study in Rio de Janeiro, Brazil. *Public Health Nutrition*, 18(17), 3183-3191. 10.1017/s1368980015001032
- Cobo, B., Cruz, C., & Dick, P. (2021) Desigualdades de gênero e raciais no acesso e uso dos serviços de atenção primária à saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, p. 4021-4032. 10.1590/1413-81232021269.05732021
- Dutra, M. K. M., Silveira, V. N. da C., Viola, P. C. de A. F., Zaidan, F. S., & Carvalho, C. A. de. (2021). Desigualdade de raça/cor e estado nutricional de crianças beneficiárias do programa bolsa família no Maranhão e Brasil. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, 16. 10.12957/demetra.2021.60362
- Ferreira, A. P. de S., Szwarcwald, C. L., & Damacena, G. N. (2019). Prevalência e fatores associados da obesidade na população brasileira: estudo com dados aferidos da Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22. 10.1590/1980-549720190024
- Garbois, J. A., Sodré, F., & Dalbello-Araujo, M. (2017). Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. *Saúde Em Debate*, 41(112), 63-76. 10.1590/0103-110420171120
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019. Notas Técnicas. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101651_notas_tecnicas.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n.41. ISBN 978-85-240-4513-4. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf
- Kabad, J. F., Bastos, J. L., & Santos, R. V. (2012). Raça, cor e etnia em estudos epidemiológicos sobre populações brasileiras: revisão sistemática na base PubMed. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 22(3), 895-918. 10.1590/s0103-73312012000300004
- Ludke, M., & André, M. E. D. A. (2013). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. E.P.U.
- Matos, C. C. de S. A., & Tourinho, F. S. V. (2018). Saúde da População Negra: como nascem, vivem e morrem os indivíduos pretos e pardos em Florianópolis (SC). *Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade*, 13(40), 1-13. 10.5712/rbmf13(40)1706
- Medina, L. de P. B., Barros, M. B. de A., Sousa, N. F. da S., Bastos, T. F., Lima, M. G., & Szwarcwald, C. L. (2019). Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 22(suppl 2). 10.1590/1980-549720190011.supl.2
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2019). Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 28, 1-13. 10.1590/1980-265X-TCE-2017-0204
- Morse, M. L., Fonseca, S. C., Barbosa, M. D., Calil, M. B., & Eyer, F. P. C. (2011). Mortalidade materna no Brasil: o que mostra a produção científica nos últimos 30 anos? *Cadernos de Saúde Pública*, 27(4), 623-638. 10.1590/s0102-311x2011000400002
- Oliveira, M. S. da S. (2020). Desigualdades de gênero e (in)segurança alimentar e nutricional: olhares a partir do conceito de justiça de gênero de Nancy Fraser. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, 15, e47218. 10.12957/demetra.2020.47218
- Oraka, C. S., Faustino, D. M., Oliveira, E., Teixeira, J. A. M., Souza, A. S. P. de, & Luiz, O. do C. (2020). Raça e obesidade na população feminina negra: uma revisão de escopo. *Saúde E Sociedade*, 29(3). 10.1590/s0104-12902020191003
- Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., & McGuinness, L. A. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, n71. 10.1136/bmj.n71
- Pereira, D. R., Silva, F. R. da, & Schott, E. (2022). Perfil socioeconômico, nutricional e segurança alimentar de famílias residentes no município de Paraíso do Tocantins – TO: um estudo piloto. *Desafios - Revista Interdisciplinar Da Universidade Federal Do Tocantins*, 9(1), 84-92. 10.20873/uftv9-9116
- Pólvora, J. B. (2004). Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. *Horizontes Antropológicos*, 10 (21), 320-323. 10.1590/s0104-71832004000100015
- Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – PENSSAN (2022). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: Relatório final*. São Paulo, Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN.
- Romeiro, A. C. T., Curioni, C. C., Bezerra, F. F., & Faerstein, E. (2020). Determinantes sociodemográficos do padrão de consumo de alimentos: Estudo Pró-Saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 23. doi: 10.1590/1980-549720200090
- Santos, J. A. F. (2011). Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. *Dados*, 54(1), 05-40. 10.1590/s0011-52582011000100001
- Santos, D. R. dos, Nogueira, L. M. V., Paiva, B. L., Rodrigues, I. L. A., Oliveira, L. F. de, & Caldas, S. P. (2017). Maternal mortality in the indigenous and non-indigenous population in Pará: contribution to the surveillance of deaths. *Escola Anna Nery*, 21(4). 10.1590/2177-9465-ean-2017-0161
- Silva, M., & Prates, I. (2015). *Desigualdades raciais no Brasil: Um desafio persistente*. In: ARRETCHE, Marta (Org.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo, SP: Editora Unesp; CEM, p. 163-189.

Silva, M., & Prates, I. (2015) *Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente*. In: ARRETCHE, M. Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp/ CEM.

Souto, K. M. B., Sena, A. G. N., Pereira, V. O. de M., & Santos, L. M. dos. (2016). Estado e políticas de equidade em saúde: democracia participativa? *Saúde Em Debate*, 40(spe), 49–62. 10.1590/0103-11042016s05

Waldman, E. A., Novaes, H. M. D., Albuquerque, M. de F. M. de, Latorre, M. do R. D. de O., Ribeiro, M. C. S. de A., Vasconcellos, M., & Silva, Z. P. da. (2008). Inquéritos populacionais: aspectos metodológicos, operacionais e éticos. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 11(suppl 1), 168–179. 10.1590/s1415-790x2008000500018